



ACÓRDÃO Nº 948/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 11105/2014.

Apensos: Processos nºs 11248/2014 e 10797/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Rio Preto da Eva.

4- Exercício: 2013.

5- Responsáveis: Sr. Jamerson Zênio da Costa Faria, Presidente e Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Rio Preto da Eva no período de 01/01/2013 a 20/06/2013 e 05/07/2013 a 10/07/2013; Sr. Luiz Horomberg Almino Paz, Presidente e Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Rio Preto da Eva no período de 20/06/2013 a 05/07/2013 e 11/07/2013 a 01/08/2013; Sr. Francisco Batista da Silva, Presidente e Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Rio Preto da Eva no período de 02/08/2013 a 31/12/2013.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 17/2015 (fls. 1273/1321)

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 904/2015-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls.1327/1347).

8- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Rio Preto da Eva. Exercício 2013.

Contas Irregulares: período de 01/01/2013 a 20/06/2013 e 05/07/2013 a 10/07/2013 e período de 02/08/2013 a 31/12/2013. Conta Regulares: período de 20/06/2013 a 05/07/2013 e 11/07/2013 a 01/08/2013. Multas. Devolução de valores. Prazo. Cobrança executiva. Recomendação à administração da Câmara Municipal de Rio Preto da Eva.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Irregular a Prestação de Contas do Sr. Jamerson Zênio da Costa Faria, Presidente e Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Rio Preto da Eva no período de 01/01/2013 a 20/06/2013 e 05/07/2013 a 10/07/2013, nos termos do art. 22, inciso III, “b” c/c o art. 25, ambos da Lei nº 2423/96;

9.2 - Multar o Sr. Jamerson Zênio da Costa Faria, pelos subitens 9.2 Restrição 2, 9.4 Restrição 4, 9.6 Restrição 10 do Relatório/voto, no valor de **R\$ 8.768,25** (Oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), **por grave infração à norma**



ACÓRDÃO Nº 948/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

legal, conforme disposto no art. 308, inciso VI, da Resolução TCE nº 04/2002 com a nova redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 25/2012;

9.3 - Determinar prazo de **30 dias para recolher** a multa constante no subitem 12.1.1 do Relatório/voto, aos cofres da Fazenda Pública Estadual nos termos do art. 72, inciso II, da Lei nº 2423/1996 c/c o art. 174 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.4 - Autorizar, caso o valor da referida condenação não venha a ser recolhido dentro do prazo estabelecido, a inscrição do débito na Dívida Ativa pela Fazenda Pública Estadual, bem como a instauração da **cobrança executiva**, em consonância com o art. 72, inciso III, "a" c/c art. 73 ambos da Lei 2423/96 e arts. 169, inciso II, 173 e 308, §6º da Resolução 04/2002 – TCE/AM;

9.5- Julgar Regular a Prestação de Contas do Sr. Luiz Horomberg Almino Paz, Presidente e Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Rio Preto da Eva no período de 20/06/2013 a 05/07/2013 e 11/07/2013 a 01/08/2013, nos termos do art. 22, inciso I, c/c o art. 23, ambos da Lei nº 2423/96, dando-lhe plena quitação;

9.6- Julgar Irregular a Prestação de Contas do Sr. Francisco Batista da Silva, Presidente e Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Rio Preto da Eva no período de 02/08/2013 a 31/12/2013 nos termos do art. 22, inciso III, "b" c/c o art. 25, ambos da Lei nº 2423/96;

9.7 - Multar o Sr. Francisco Batista da Silva, pelo subitem 8.3 Restrição 4, no valor de **R\$ 8.768,25** (Oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), **por grave infração à norma legal**, conforme disposto no art. 308, inciso VI, da Resolução TCE nº 04/2002 com a nova redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 25/2012;

9.8 - Determinar o prazo de **30 dias para recolher** a multa constante no subitem 12.3.1 deste voto, aos cofres da Fazenda Pública Estadual nos termos do art. 72, inciso II, da Lei nº 2423/1996 c/c o art. 174 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.9 - Autorizar, caso o valor da referida condenação não venha a ser recolhido dentro do prazo estabelecido, a inscrição do débito na Dívida Ativa pela Fazenda Pública Estadual, bem como a instauração da **cobrança executiva**, em consonância com o art. 72, inciso III, "a" c/c art. 73 ambos da Lei 2423/96 e arts. 169, inciso II, 173 e 308, §6º da Resolução 04/2002 – TCE/AM;

9.10 - Determinar ao Sr. Francisco Batista da Silva, a devolução do débito no valor de **R\$ 3.227,20** (três mil, duzentos e vinte e sete reais e vinte centavos), subitem 8.6 Restrição 8, do Relatório/voto;

9.11 - Determinar prazo de 30 dias para recolher a devolução do débito constante no subitem 12.3.4 do Relatório/voto, aos cofres da Fazenda Pública Municipal nos termos do art. 72, inciso II, da Lei nº 2423/1996 c/c o art. 174 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.12 - Autorizar, caso o valor da referida condenação não venha a ser recolhido dentro do prazo estabelecido, a inscrição do débito na Dívida Ativa pela Fazenda Pública Municipal, bem como a instauração da **cobrança executiva**, em consonância com o art. 72, inciso III, "a" c/c art. 73 ambos da Lei 2423/96 e arts. 169, inciso II, 173 e 308, §6º da Resolução 04/2002 – TCE/AM;

9.13 - Recomendar à administração da Câmara Municipal de Rio Preto da Eva que:

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 948/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

- a) Sejam observados e cumpridos os prazos para a remessa da movimentação contábil via ACP conforme estabelece o art.4º da Resolução 10/12-TCE;
- b) Proceda à abertura dos trâmites para realização de concurso público, a fim de sanear a deficiência de pessoal da sua área administrativa e compor o Controle Interno com cargo de provimento efetivo;
- c) Revise o Anexo II, da Lei nº 01/2011, alterando o cargo de Controlador Interno, de livre nomeação e exoneração, para cargo de provimento efetivo;
- d) Proceda à criação do cargo de provimento efetivo de Procurador Geral, bem como a realização do seu respectivo concurso público;
- e) Proceda à regulamentação do seu sistema de registro de preços, bem como efetue a elaboração dos Projetos Básicos, cotações de preços e pagamentos por regime de empreitada global conforme dispostos na legislação;
- f) Proceda com maior zelo na juntada e paginação dos seus processos administrativos, com vistas a manter a ordem cronológica dos atos e a evitar a retirada, alteração ou inclusão de folhas;
- g) Efetue a comprovação da ida dos Vereadores às localidades previamente listadas no planejamento mensal por meio do recebimento de Relatórios descrevendo as datas e atividades desenvolvidas dentro do interesse público;
- h) Proceda ao repasse imediato dos valores referentes as pendências do Legislativo junto ao Executivo.

10- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 18 de novembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em exercício), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente, em exercício

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral